

RETROSPECTIVA

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA 03, 06, 93 |
| COD. KID 00025 |

LÍNGUAS INDÍGENAS: 500 ANOS DE DESCOBERTAS E PERDAS

Aryon Dall'Igna RODRIGUES (Universidade de Brasília)

ABSTRACT: The relative isolation of South America and the remoteness of its occupation by man make it likely that the languages introduced in this continent have evolved for a long time - at least 10.000 thousand years - without any significative contact with those of the other continents, so that they could have developed rare and unique features. The number of these languages by the time Europeans met Amerindians 500 years ago is calculated as 1.175 for the Brazilian territory. Today the indigenous languages in Brazil are no more than 180. Therefore about 1.000 languages have disappeared as a consequence of Portuguese colonization. The surviving languages fall in the category of endangered languages, since the most populous of them is spoken by only 20.000 people. Some of them are on the verge of extinction. On the other hand, at least two new languages have emerged in Brazil out of indigenous languages, the Língua Geral Paulista (already dead) and the Língua Geral Amazônica.

1. O isolamento pré-histórico da América do Sul

A América do Sul é um continente praticamente isolado. Não é uma ilha como a Austrália, mas é uma península, ligada à América Central e à do Norte apenas pelo istmo do Panamá e separada dos

demais continentes pelos dois maiores oceanos; no extremo sul tem como vizinha a inabitável e impraticável Antártida. Seu povoamento pré-histórico se deu essencialmente pela estreita passagem do istmo do Panamá. Esta, ao mesmo tempo em que permitiu o acesso de sucessivas migrações para o interior da América do Sul, dificultou movimentos de refluxo, contribuindo para o isolamento dos imigrantes que, em sua maioria, aqui permaneceram sem contacto com os habitantes das Américas Central e do Norte, nem com os dos demais continentes. Uma vez na América do Sul, as populações que aqui entraram foram progressivamente ocupando os amplos espaços que se lhes ofereciam e foram adaptando-se aos novos ambientes e diferenciando-se cultural e lingüisticamente. Como é bem sabido, os principais fatores de diferenciação lingüística são o tempo e o distanciamento social. Esses dois fatores são responsáveis também pela diferenciação cultural, a qual, por sua vez, constitui um terceiro fator de diferenciação lingüística.

2. Antigüidade do povoamento da América do Sul

O tempo decorrido entre o início do povoamento da América do Sul e a chegada dos primeiros europeus no fim do século XV ainda não é conhecido. As indicações mais diretas de que podemos dispor para determinar esse tempo provêm da datação absoluta dos achados arqueológicos. Presentemente os arqueólogos estão divididos quanto à antigüidade do povoamento deste continente. A aceitação de cerca de 12.000 anos antes do presente - datação dos achados mais antigos de restos humanos na América do Norte - como época da primeira entrada do homem nas Américas, implica em que na América do Sul as primeiras imigrações devem ter ocorrido em datas mais recentes. Contra essa expectativa, arqueólogos trabalhando na América do Sul têm obtido, nos últimos anos, datações absolutas de artefatos humanos cuja profundidade temporal ultrapassa de duas a três vezes os achados considerados seguros para a América do Norte.

Mas, mesmo atendo-nos a uma profundidade temporal de

12.000 anos para a América do Norte, devemos considerar que a ocupação inicial da América do Sul terá começado há mais de 10.000 anos: a antigüidade de restos humanos achados nos sítios arqueológicos de Tequendama, na Colômbia, aproxima-se de 11.000 anos e as datações radiométricas de esqueletos humanos das grutas da área de Lagoa Santa, Minas Gerais, aproximam-se de 12.000 anos (Neves e Pucciarelli, 1991:262). Não se pode saber quantas línguas entraram sucessivamente neste continente, mas é certo que aqui elas tiveram muito tempo para diferenciarem-se e multiplicarem-se amplamente. Por uma parte, foram diferenciando-se das línguas da América do Norte e das dos demais continentes, seja pela alteração ou perda de propriedades antes comuns, seja pelo desenvolvimento de novas propriedades, seja, ainda, por não coparticiparem de inovações ocorridas mais recentemente naquelas. Por outra parte, foram diferenciando-se entre si e multiplicando-se em conseqüência do crescimento demográfico e da dispersão das populações.

3. Importância científica das línguas sul-americanas.

O isolamento quase completo da América do Sul durante todo o longo tempo de sua ocupação humana até o fim do século XV, se não impediu completamente, ao menos reduziu consideravelmente a possibilidade de difusão para outros continentes de propriedades lingüísticas que se tenham desenvolvido em línguas deste continente. Conseqüência disso é a expectativa de que se encontrem em línguas sul-americanas propriedades ou combinações de propriedades lingüísticas que não se acham em outras partes do mundo. E isso é o que, em escala modesta embora, já vem revelando a ainda incipiente pesquisa científica das línguas indígenas de nosso continente. A América do Sul se deixa comparar, também no plano lingüístico, à Austrália, como área isolada de importância crítica para a teoria lingüística. Embora todas as línguas apresentem grande quantidade de fatos triviais para o conhecimento já acumulado pela ciência lingüística,

cada língua indígena sul-americana pode apresentar fenômenos ainda desconhecidos, seja na fonologia, seja na gramática ou seja na organização do discurso.

4. As línguas documentadas no Brasil-Colônia

Vamos concentrar nossa atenção na parte da América do Sul que corresponde ao Brasil. A distribuição das línguas indígenas brasileiras no século XVI nas áreas de penetração européia não favoreceu o conhecimento da diversidade lingüística. Uma só língua, o Tupinambá (Tupi Antigo), dominava quase inteiramente a extensa costa, do nordeste ao sueste, com apenas leves variações dialetais. Esse fato levou tanto os franceses quanto os portugueses a procurar aprender só essa língua, que era altamente funcional para os que pretendiam extrair o pau-brasil e estabelecer-se ao longo da costa: aprendida num ponto desta, permitia comunicar-se em praticamente qualquer outro. As línguas minoritárias em relação ao Tupinambá não foram, por isso, objeto de maior atenção. Até o fim do século XVIII tinham sido publicadas duas gramáticas e dois catecismos em Tupinambá, além de observações gramaticais, textos e palavras dessa mesma língua em obras francesas, e uma gramática e dois catecismos em Kariri, língua do interior da Bahia e Sergipe. Somente isso. Inéditos que não se perderam incluem um dicionário e outros documentos do Tupinambá e um catecismo na língua amazônica Manau, além de muitos documentos sobre a Língua Geral Amazônica e um sobre a Língua Geral Paulista (ambas, formas do Tupi Antigo assumidas no uso dos mestiços). Perderam-se, entretanto, muitos escritos, certamente importantes, como os dicionários das línguas Maromimim (ou Guarulho) e Kariri e os catecismos em sete línguas amazônicas feitos pelo padre Antônio Vieira (1960:364). Em resumo, dos primeiros três séculos da colonização do Brasil só nos ficaram documentos sobre três línguas nativas: Tupinambá, Kariri e Manau. A frente colonizadora espanhola produziu também o conhecimento do Guarani Antigo, parente próximo do Tupinambá, no noroeste do atual estado brasileiro

do Paraná.

5. Algumas descobertas

Tanto a língua Tupinambá (e o Guarani Antigo) como a língua Kariri revelaram, já nas descrições feitas nos séculos XVI (Anchieta para o Tupinambá) e XVII (Figueira para o Tupinambá, Ruiz de Montoya para o Guarani Antigo e Mamiani para o Kariri), fenômenos lingüísticos extraordinários. Descrevendo o Tupinambá no século XVI, Anchieta foi um dos primeiros gramáticos a expor claramente a distinção entre pronomes inclusivos e exclusivos, a expressão de tempo em nomes, as conseqüências sintáticas da topicalização de sintagmas adverbiais, a incorporação de objetos nos verbos transitivos, as mudanças de valência verbal por causativização, por reflexivização e por incorporação do objeto etc. (Anchieta, 1595). Recentemente pôde-se mostrar, com base nas gramáticas de Anchieta e Figueira, que o Tupinambá tinha um sistema pronominal único, em que, com muita coerência, a primeira pessoa inclusiva era identificada com a terceira pessoa: em ambos os casos é neutralizada a oposição pragmática entre falante e ouvinte (Rodrigues, 1990:393-405). Em sua gramática do Kariri, Mamiani é também um dos primeiros a descrever classificadores numerais e classificadores possessivos bem como paradigmas nominais possessivos, e mostra que o Kariri não tem verbos ativos (transitivos diretos), mas só neutros (intransitivos) e passivos (Mamiani, 1699).

As pesquisas lingüísticas recentes têm revelado fenômenos novos ou raros tanto na gramática como na fonologia de línguas brasileiras, alguns dos quais sugerem a necessidade de revisão em certas concepções teóricas. No âmbito da gramática alguns exemplos são a existência de línguas cuja ordem oracional básica tem o objeto em posição inicial (OVS e OSV), a ocorrência de incorporação de posposições e de incorporação recursiva de nomes no sintagma verbal, a expressão da negação pela ausência de marca de afirmação, ou a alternância entre construções sintáticas ergativas e acusativas, segundo

a variação na posição (ou proeminência)-do objeto (SVO: ergativo XSOV/OVS: nominativo) (Derbyshire e Pullum, 1991:3-4, e Chapman e Derbyshire, 1991:164-5). Dentre os fenômenos fonológicos descobertos recentemente em línguas brasileiras estão três novas fontes de nasalidade: a compactação vocálica, o silêncio (e, por extensão, a fronteira de palavra) e uma terceira, ainda não esclarecida quanto à sua fisiologia, que produz nasalidade em contacto com glides, não só o oclusivo e o fricativo glotais (glides II de Chomsky e Halle), como já se havia descoberto também no sueste da Ásia, mas igualmente os glides vocálicos *w* e *y* (glides I de Chomsky e Halle) (Rodrigues, 1981a, 1981b, 1984, 1986a, Sândalo, 1989); também a ocorrência de segmentos fonológicos complexos, com até três fases de realização fonética, tanto consonantais como vocálicos (Anderson, 1974; Cavalcante, 1987; Rodrigues e Cavalcante, 1982; Rodrigues, 1984; Vigna, 1991); ou ainda, a relevância da margem inicial da sílaba para a colocação do acento (Everett e Everett, 1984)

6. Número de línguas antes de Colombo e Cabral

A que ponto tinha chegado a diversidade lingüística na América do Sul após 10.000 ou mais anos de ocupação humana deste continente? Qual o número de línguas no momento da chegada dos primeiros europeus, no fim do século XV? Embora diversidade lingüística não se equacione necessariamente com número de línguas, as duas questões estão natural e intimamente ligadas. E dessas, a de acesso mais fácil é a segunda. Vamos tentar uma resposta para ela, mas, neste momento, só com respeito ao território que hoje ocupa o Brasil. Para isso, vamos fazer dois tipos de projeção. Por um lado, vamos tomar como amostra o número de línguas registrado em alguma parte desse território quando a interferência européia ainda não era grande e projetar esse número para o território todo. A margem de erro numa projeção assim pode ser grande, pois é sabido haver em qualquer território áreas de maior e áreas de menor diversidade lingüística. Para

reduzir essa margem de erro é necessário utilizar diversas amostras, obtidas em diferentes partes do território, e calcular a média das projeções de todas essas amostras sobre o território inteiro. Por outro lado, vamos projetar sobre o território brasileiro a quantidade de línguas encontrada em territórios situados em outros continentes. Este segundo tipo de projeção servirá de controle de plausibilidade do resultado obtido com as primeiras projeções.

7. Multiplicidade lingüística registrada por Cardim

Vamos apresentar, de forma preliminar, as projeções de duas amostras da quantidade de línguas no território brasileiro. A primeira amostra é a lista de povos indígenas feita pelo padre Fernão Cardim em seu pequeno tratado intitulado "Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias", escrito em 1584 (Cardim, 1978:102-27). Constituem a lista os nomes de 76 "nações de Tapuyas", isto é, "nações contrárias e inimigas" dos povos da costa, cuja língua (o Tupinambá) era a que entendiam os portugueses (Cardim, 1978:121-7). Cardim informa que a maioria dessas nações tinham diferentes línguas e ao longo da lista tem o cuidado de indicar quais falam a mesma língua de quais outras, quais têm línguas diferentes e, em alguns casos, as que, embora tendo línguas diferentes, compreendem as línguas de seus vizinhos. Trata-se de um documento único para o Brasil do século XVI tanto pela preocupação com a diversidade lingüística, quanto pelo grande número de nações indígenas registradas e pela extensão territorial coberta. Outros autores quinhentistas, como Thevet, Léry, e Soares de Sousa fazem referência só a muito poucos povos indígenas.

Não é fácil precisar bem os limites Norte e Oeste da área coberta pela lista de Cardim, mas é mais provável que nas duas direções, tendo como referência principal a Baía de Todos os Santos, se trate do rio São Francisco. Para o Sul, ao longo do litoral, o registro se estende até o Rio de Janeiro. Parece provável que essa extraordinária

lista de Cardim corresponda mais ao conhecimento dos índios Tupinambá que ao dos próprios portugueses: os nomes dos diferentes povos ou nações estão escritos na mesma grafia com que os jesuítas do século XVI escreviam a língua dos Tupinambá (Quigpé, Aenaguig, Quirigmã) e vários desses nomes são realmente expressões descritivas tupinambás (Tucanuçu "tucanos grandes", Camuçuyara "os que têm mamas grandes", Igbigra-apujara "os que têm bordunas aguçadas", Tapigymirin "tapuias pequenos" etc.). Essa lista, tomadas em consideração as indicações de povos que falam uma mesma língua, registra 68 línguas, às quais devemos acrescentar a língua dos Tupinambá. É de 69, portanto, o número total de línguas registradas por Cardim numa área que corresponde aos atuais estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

8. Número de línguas no Brasil no século XVI

Embora não seja certo que a lista de Cardim dê cobertura à totalidade das áreas daqueles quatro estados, vamos tomar como referência as áreas atuais dos mesmos, exceto a Bahia, da qual excluímos as regiões além do rio São Francisco. Com isso, consideramos uma área de 550.000km², que corresponde a 6,4% do território brasileiro. Fazendo uma projeção direta do número de línguas achadas na área menor para a área maior, isto é, admitindo que 69 representasse 6,4% do número de línguas existentes em todo o território brasileiro, obtemos o número de 1.078 línguas. Esse número poderá ser tido como exagerado para mais por quem considere que esta primeira amostra representaria uma área de diversidade lingüística particularmente grande, superior ao que seria a média do território brasileiro no século XVI. No caso desta amostra, entretanto, o risco de tratar-se de área superdiversificada parece atenuado, senão eliminado, pelo fato de que para uma grande porção dela - a faixa litorânea desde a foz do São Francisco até o Rio de Janeiro - foi computada uma só língua, o Tupinambá. De qualquer forma, 1.078 é o resultado de uma

primeira projeção para o número de línguas faladas no território brasileiro num momento em que a ação européia sobre os povos indígenas ainda não tinha produzido efeitos muito fortes.

9. Número de línguas no início do século XVIII na Amazônia central

Uma segunda projeção pode ser feita com base numa área do interior da Amazônia no início do século XVIII, quando a ação colonizadora ali ainda não estava bem estabelecida. Trata-se da área entre os rios Tapajós e Madeira, que foi objeto de um estudo histórico do recém-falecido antropólogo Miguel Menéndez (Menéndez, 1981/82:289-388). Nessa área Menéndez localizou 61 povos indígenas referidos por cronistas (Menéndez, 1981/82:323, Quadro 4). Os nomes registrados pelos cronistas estão dados em parte numa língua tupi-guarani (Pixunas, "os pretos", Guaranaguat "comedores/tomadores de guaraná", Pyragoât "comedores de peixe"etc.), em parte na língua Mawé (reconhecíveis pelo sufixo pluralizante -riá/-niá/-tiá: Aitoria, Apanaria, Unania, Opptia etc.). Não há informações sobre as línguas que falavam esses 61 povos, mas devemos admitir que vários deles tivessem línguas em comum. Vamos trabalhar com a hipótese de que isso reduzisse de 25% o número de línguas em relação ao número de povos e vamos utilizar o número de 45 línguas para a projeção sobre todo o território brasileiro. A área entre o Tapajós e o Madeira tem aproximadamente 300.000km² e a superfície do Brasil é 28,3 vezes maior que ela; proporcionalmente, o território brasileiro comportaria 1.273 línguas. Seria desejável efetuar outras projeções, a partir de outras áreas geográficas em momentos em que a interferência européia ainda não tivesse sido muito grande. Por ora vamos limitar-nos a estas duas, a do Brasil Leste de Cardim e a do interflúvio Tapajós-Madeira, as quais representam regiões bem distintas e situações diferentes da penetração européia, e vamos utilizar a média aritmética delas, a qual é de 1.175 línguas, para o Brasil no início da colonização.

No Brasil, apesar da independência política do país obtida há 170 anos, as práticas coloniais portuguesas com relação aos povos indígenas não se interromperam durante todo o período imperial (1822-1889) e pouco se atenuaram durante a República (1889 - presente) (Moreira Neto, 1971:IV-XX), caracterizando o que se veio a chamar de colonialismo interno (cf. Gomes, 1988:96). Os efeitos destrutivos dessas práticas para os povos indígenas do Brasil independente são bastante conhecidos e foram analisados, para o período de 1900 a 1957, por Darcy Ribeiro, que apurou nesse período de meio século, em plena República, que de um total de 230 povos indígenas se extinguíram 87, ou seja, 37,8% (Ribeiro, 1957:18, tabela I). Os dados de Ribeiro podem, hoje, ser corrigidos em alguns detalhes. No que se refere às línguas, essas correções e o fato de que a extinção de um povo muitas vezes precede a morte dos últimos falantes da língua, levam ao cálculo de uma perda de 29% das línguas na primeira metade do século XX, ao todo, 67 línguas, o que é um número considerável, que representa a extinção de mais de uma língua por ano.

Outros dados apontam igualmente para o enorme número de línguas desaparecidas no Brasil. Na última edição de sua classificação das línguas sul-americanas, Čestmír Loukotka (1968) incluiu os nomes de línguas referidas na literatura, mas das quais nada se chegou a conhecer, a maioria delas já extintas. Somadas essas e as que, embora documentadas de alguma forma no passado, também se extinguíram, obtém-se, para o território brasileiro, o impressionante número de 532 nomes de línguas extintas. Em sua quase totalidade esses são nomes de povos extintos, aos quais Loukotka atribuiu uma língua. Certamente, além desses, um outro grande número de povos e línguas terá desaparecido sem que tenha ficado registrado sequer o seu nome.

12. Os vazios lingüísticos

O desaparecimento de tantas línguas resultou naturalmente

em grandes áreas nas quais não existem mais línguas indígenas. Estas áreas podem ser observadas tanto num mapa que registre a localização histórica dos povos indígenas, como o Mapa Etnohistórico do Brasil de Curt Nimuendajú (1980), quanto num mapa que apresente a situação atual, como o mapa Povos Indígenas e Presença Missionária do Conselho Indigenista Missionário (1985). Nenhuma das 69 línguas referidas pelo padre Cardim no Leste do Brasil em 1584 sobreviveu até nossos dias. Entre os rios Tapajós e Madeira, onde no início do século XVIII havia pelo menos 45 línguas indígenas, hoje são faladas não mais do que oito.

Se traçarmos uma linha imaginária de São Luís do Maranhão ao Norte até o Chuí ao Sul, a Leste dela temos uma área de pouco mais de 25% do território brasileiro, na qual se extinguíram praticamente todas as línguas indígenas. Essa é a área onde foi mais longo o processo colonizador. Ali só se falam hoje o Yatê (Fulniô) em Pernambuco, o Maxakali e o Krenak (mas este já moribundo) em Minas Gerais e o Xokleng em Santa Catarina. Encontram-se aí também falantes de Guarani no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, mas esses são migrantes recentes, vindos do Oeste, principalmente do vale do rio Paraná.

Mas não é só na parte leste do Brasil que desapareceram maciçamente as línguas indígenas. Em plena Amazônia, na enorme extensão de cerca de 1.800km no vale do rio Amazonas, que vai de Tefé até o oceano Atlântico, desapareceram quase completamente os povos nativos e, portanto, também as línguas indígenas; essa extensão se alarga em regra por cerca de 250km ao norte e 250km ao sul do rio Amazonas, mas aprofundando-se nos vales dos grandes afluentes, sobretudo no Tapajós, pelo qual sobe por cerca de 600km, e no rio Negro, no qual só se encontram hoje povos indígenas a mais de 1.000km de sua foz (cf. Moreira Neto, 1988:13-14). De um modo geral, só subsistem povos e línguas indígenas na Amazônia fora de uma ferradura disposta através do alto curso dos afluentes do rio Amazonas, com uma extremidade no alto Jari ao norte e a outra no

médio Xingu ao sul (Rodrigues, 1992). Certamente os grandes vazios de povos indígenas criados seja no vasto espaço compreendido dentro dessa ferradura, no próprio coração da Amazônia, seja no Brasil oriental, tiveram como consequência o desaparecimento de um número muito grande de línguas e, provavelmente, de algumas famílias linguísticas inteiras. Esta reflexão é claramente compatível com uma perda, nestes 500 anos de enfrentamento dos povos indígenas com os europeus e seus descendentes, da ordem de pelo menos um milhar de línguas indígenas no Brasil.

13. As línguas gerais

Uma consequência linguística de outra natureza das relações que se estabeleceram entre os portugueses e os indígenas no Brasil foi o desenvolvimento das línguas gerais. Estas não se desenvolveram como pidgins nem como crioulos, mas são continuções de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias. No processo de constituição das línguas gerais deve ter havido uma sucessão de fases, incluindo um período em que os homens europeus eram poucos e viviam nas comunidades indígenas ou próximo a elas, usando eles mesmos a língua indígena como segunda língua, e seus filhos mestiços (mamelucos ou caboclos) se criavam imersos na língua indígena praticamente inalterada; outro período em que os elementos europeus e mestiços passaram a ser mais numerosos, ou porque passaram a formar comunidades mais separadas das comunidades indígenas, ou porque os indígenas foram sendo progressivamente reduzidos em suas próprias comunidades; outro período, ainda, em que, afastados ou eliminados os índios, os mestiços passaram a ser os únicos falantes nativos da língua original e os transmissores dela a outros índios e outros europeus. Em todas as fases deve ter havido um número variável de bilíngües, fossem estes europeus que aprendiam a língua indígena, fossem mestiços que, além da indígena, que era sua língua materna, aprendiam também o português.

Esse processo terá andado paralelamente à formação de uma cultura cabocla, luso-indígena.

Desse tipo de situação devem ter resultado diversas línguas gerais (ou dialetos de línguas gerais), a maioria das quais deve ter tido vida efêmera ou, pelo menos, não documentada antes de seu desaparecimento. Duas, entretanto, adquiriram particular vitalidade e vieram a ter uma importância histórica maior e consequente maior difusão. Estas são as que propusemos chamar Língua Geral Paulista e Língua Geral Amazônica (Rodrigues, 1986:102). A primeira foi-se constituindo já no século XVI, tendo como base a língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, uma língua tupi-guarani ligeiramente diferente da língua dos Tupinambá. Foi a língua dos mamelucos paulistas e, com as bandeiras, foi a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Pela segunda metade do século XVIII passou a perder terreno para o português e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX.

A Língua Geral Amazônica, também chamada Nheengatu, resultou de situação análoga desenvolvida a partir da primeira metade do século XVII com o início da colonização portuguesa no Maranhão e Pará. A língua indígena que deu origem a ela foi o Tupinambá. Esta língua geral foi a língua dominante na penetração portuguesa na Amazônia, em várias partes da qual tornou-se língua franca nas relações entre os brancos e índios de diversas línguas e mesmo entre índios e índios, seja em missões católicas, seja nas vilas e cidades que se desenvolveram a partir das missões. A Língua Geral Amazônica alcançou no século XVIII notável expansão geográfica, tendo sido a língua dominante desde o Maranhão até o alto Amazonas e ao longo dos principais afluentes deste rio. Sua expansão pelo alto rio Negro atingiu tanto a Venezuela como a Colômbia e, pelo Solimões, o Peru.

14. As línguas gerais e as línguas indígenas

Enquanto línguas dos mestiços no sul e no norte do Brasil, as línguas gerais foram os meios de comunicação com a maioria dos povos indígenas contactados quer pelas bandeiras no sul ou pelas tropas no norte, quer pelos missionários ou pelas frentes extrativistas na Amazônia. Em consequência, as línguas dos povos contactados nas respectivas áreas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX receberam maior ou menor influência dessas línguas gerais, tendo sido algumas substituídas por elas, como foi o caso com a dos Boróro no sul de Goiás e com as dos Baré e de boa parte dos Banfwa do Içana no norte do Amazonas.

O grande domínio da Língua Geral Amazônica nos séculos XVIII e XIX foi precisamente o vale do rio Amazonas e os vales de seus principais afluentes, de onde, como vimos anteriormente, desapareceram as línguas indígenas.

15. As línguas gerais e a língua portuguesa

As medidas legislativas e administrativas tomadas pelo Marquês do Pombal na segunda metade do século XVIII para combater a Língua Geral e estimular o uso do Português contribuíram para acelerar o declínio da Língua Geral Paulista, mas tiveram pouco efeito sobre a Língua Geral Amazônica. Só o genocídio da população tapuia, com que as autoridades responderam à revolta da Cabanagem na década de 830, é que reduziu consideravelmente o número de falantes daquela língua (cf. Moreira Neto, 1988). Entretanto, dez anos depois do fim da Cabanagem, foi assim descrita a situação da Língua Geral Amazônica: "Nas cidades fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no Baixo Amazonas, é a única" (embora a portuguesa fosse compreendida) (Amazonas, 1852). A penetração maior da língua portuguesa em detrimento da Língua Geral Amazônica parece decorrer principalmente da maciça imigração

nordestina, sobretudo no ciclo da borracha, no fim do século XIX e início do século XX.

16. O que resta 500 anos depois

Hoje, além de Língua Geral Amazônica, existem ainda no Brasil cerca de 180 línguas indígenas. Este número representa uma grande diversidade lingüística. Segundo o estado atual de nossos conhecimentos (Rodrigues, 1986), essas línguas se distribuem por 41 famílias genéticas, dez das quais, entretanto, integram uma unidade genética maior, o tronco lingüístico Tupi, e outras nove revelam indícios de parentesco genético remoto entre si, o que alimenta a hipótese da existência de um tronco lingüístico Macro-Jê. Uma outra hipótese, com a qual se tem trabalhado recentemente, associa geneticamente esses dois troncos, Tupi e Macro-Jê, e mais a família Karib. Mesmo no caso de essas hipóteses virem a ser demonstradas, o número de grupos genéticos distintos ainda fica sendo superior a vinte. Uma proposta mais radical, como a de Greenberg (1987), segundo a qual todas as línguas da América do Sul teriam a mesma origem que as da América Central e a maioria das da América do Norte, além de ainda não comprovada, é tão irrelevante para a avaliação da diversidade lingüística quanto, para a diversidade biológica, o reconhecimento de que todas as aves reduzem-se, em última instância, a um só tronco filogenético.

Na verdade, com maiores ou menores afinidades entre elas, o que temos ainda hoje no Brasil são cerca de 180 espécies lingüísticas, e esse número representa, no máximo, 15% da quantidade que existia há 500 anos. Houve, portanto, uma redução drástica, por extinção, de 85% ou mais, na diversidade lingüística indígena do Brasil, a qual corresponde, quase diretamente, à redução dos próprios povos indígenas. Este é o resultado de um balanço geral de perdas. Mas que dizer das condições de sobrevivência dos 15% ainda existentes? Estas são, para dizer o mínimo, precárias. A aversão pela diversidade étnica

e pela diversidade lingüística continuam sendo uma das mais fortes heranças que a sociedade brasileira recebeu dos colonizadores portugueses. Mesmo as línguas indígenas mais faladas no presente estão submetidas a fortes pressões dos mais diversos setores da sociedade majoritária, que as vêem como empecilhos à integração, isto é, ao domínio ou domesticação das minorias indígenas.

Mas não há nenhuma grande minoria lingüística indígena no Brasil de hoje. A maior minoria lingüística do país é a japonesa, provavelmente com mais de uma centena de milhar de falantes. A minoria indígena maior não alcança 20.000 membros (Tikúna). Com mais outras três (Makuxí, Teréna e Kaingáng), constituem um grupo de quatro que contam com 10.000 membros ou mais. Outras vinte minorias lingüísticas indígenas têm entre 1.000 e 10.000 falantes. As outras 156 línguas indígenas são faladas por menos de 1.000 pessoas cada uma. Em qualquer parte do mundo elas seriam consideradas línguas fortemente ameaçadas de extinção. Quarenta dessas são faladas por menos de cem pessoas.

A situação das línguas indígenas brasileiras é, portanto, extremamente grave, seja do ponto de vista da perda do conhecimento lingüístico e cultural que o desaparecimento de qualquer língua implica, seja do ponto de vista da desintegração social e espiritual de cada um dos povos que, com a perda da língua sob pressão externa, têm destruídos seus valores tradicionais sem tempo para a incorporação ou o desenvolvimento de novos valores, o que os leva ao empobrecimento e à marginalização social. Para atalhar o curso das perdas ocorridas neste meio milênio de confronto entre indígenas e alienígenas nesta parte do mundo, fazem-se necessárias ações enérgicas e urgentes, tanto de política social como de política científica, para assegurar o equilíbrio mínimo imprescindível para a sobrevivência sadia das minorias em convívio com a sociedade majoritária e para salvar, para os próprios povos indígenas e para a ciência humana, o conhecimento das duzentas línguas que ainda sobrevivem e cuja preservação é irrecusavelmente a obrigação de todos nós, lingüistas ou

não, que temos condições de perceber a importância das línguas e a gravidade da situação a que foram levadas as minorias lingüísticas indígenas.

(Recebido em 22/10/1992)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e.(1852). Dicionário Topographico, Historico, Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas. Recife.
- ANCHIETA, Joseph de. (1595). Arte de Grammatica da Lingua mais Usada na Costa do Brasil. Coimbra: Antonio Mariz. (Há várias edições facsimilares, a mais recente publicada pelas Edições Loyola, São Paulo, 1990).
- ANDERSON, Stephen R. (1974). The Organization of Phonology. New York: Academic Press.
- CARDIM, Fernão. (1978). Tratados da Terra e Gente do Brasil. 3a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CAVALCANTE, Marita P. (1987). Fonologia e Morfologia da Língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- CHAPMAN, Shirley, e D.C. Derbyshire. (1991). Paumarí. In: Derbyshire e Pullum (orgs.), 1991:161-352.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (1985). Povos indígenas e presença missionária, mapa do Brasil. Brasília: CIMI.
- DERBYSHIRE, Desmond C., e Geoffrey K. Pullum (orgs.). (1991). Handbook of Amazonian Languages, vol.3. Berlim: Mouton de Gruyter.
- EVERETT, Daniel L., e Keren Everett. (1984). "On the relevance of syllable onsets to stress placement". Linguistic Inquiry 15:705-711.

GOMES, Mércio P. (1988). *Os Índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes.

GREENBERG, Joseph H. (1987). *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press.

GRIMES, Barbara (org.). (1988). *Ethnologue: languages of the world*. 11a. ed. Dallas: Summer Institute of Linguistics.

LOUTOTKA, Čestmír. (1968). *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: Latin American Center, University of California.

MAMIANI, Luís V. (1699). *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes. (2a. de., Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877).

MENÉNDEZ, Miguel. (1982). "Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira". *Revista do Museu Paulista*, n.s., 28:289-388.

MOREIRA NETO, Carlos A. (1971). "A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro.

MOREIRA NETO, Carlos A. (1988). *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria*. Petrópolis: Vozes.

NEVES, Walter A., e Héctor M. Pucciarelli. (1991). "Morphological affinities of the first Americans: an exploratory analysis based on early South American remains". *Journal of Human Evolution* 21:261-73.

NIMUENDAJÚ, Curt. (1980). *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RIBEIRO, Darcy. (1957). "Culturas e línguas indígenas do Brasil". *Separata de Educação e Ciências Sociais*, n.6. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

RODRIGUES, Aryon D. (1981a). "Nasalização e fronteira da palavra em Maxakali". *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*, II:305-311.

_____. (1981b). "Abertura e ressonância". *Estudos Linguísticos* IV:324-333.

_____. (1984). "Contribuição das línguas brasileiras para a fonética e a fonologia". In: D. F. Solá (org.), *Language in the Americas*, Ithaca: Cornell University. Pp.163-267.

_____. (1986a). "Silêncio, pausa e nasalização". *Anais do VIII Encontro Nacional de Linguística*: 153-159.

_____. (1986b). *Línguas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (1990). "You and I = neither you nor I: the personal system of Tupinambá". In: Doris L. Payne (org.), *Amazonian Languages*. Austin: University of Texas Press. 393-405.

_____. (1992). "Diversidade linguística na Amazônia". *Anais do Simdamazônia* 367-370. Belém: PRODEPA.

_____. e M. P. Cavalcante. (1982). "Assimilação intrassegmental em Kaingang". *Ciência e Cultura* 34(7), suplemento: 198.

SÂNDALO, Maria Filomena S. (1989). *Aspectos da Língua Pirahã e a Noção de Polifonia*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

VIEIRA, Antonio (1960) *Cartas (seleção de Novais Teixeira)*. Clássicos Jackson, vol. XIV. São Paulo.

VIGNA, Dalva del. (1991). *Segmentos Complexos da Língua Yuhúp*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.